PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

* * *

23 de maio de 2.016

to de Lei nº 36/2016

Of.GAB.nº 337

Senhor Presidente:

COMISSÕES
Justiça, Finanças, Obras,
Educação e Assuntos Relac Servidores.
DATA, 06 / 06 / 16
PRESIDENTE

Estamos encaminhando para Vossa Excelência para apreciação dos Senhores Vereadores o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

Renovamos na oportunidade os protestos de estima e consideração.

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Aprovado em 1ª e 2ª discussão, Votação e em Redação Final
27 / 06 / 16
Presidente

Exmo. Sr. Vereador
ADEMIR MARTINS BOAVENTURA
Presidente da Câmara Municipal
N E S T A.

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que "dispõe re as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária anual para o exercício nceiro de 2017 e dá outras providências", em cumprimento ao disposto no Art. 165, § 2º, Constituição, e no Art. 35, § 2º, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais nsitórias - ADCT.

A Constituição de 1988 determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e estabelecer as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, orientar a oração da lei orçamentária anual, sobre as alterações na legislação tributária e definir os âmetros para a elaboração da respectiva proposta orçamentária para o município.

Com o advento da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de ponsabilidade Fiscal - LRF, adicionalmente ao conteúdo definido na Constituição, a LDO e estabelecer as metas fiscais, os critérios para a limitação de empenho e movimentação nceira e a margem de expansão das despesas obrigatórias de natureza continuada, bem como liar os riscos fiscais.

As metas fiscais a serem perseguidas pelo Governo Municipal no exercício de 7 foram estabelecidas tendo em vista as mudanças ocorridas no ambiente macroeconômico necessidade de o setor público responder a estas, fomentando a economia doméstica e mulando a demanda agregada, de modo a possibilitar a retomada do crescimento e elevação prestação de serviços públicos.

É importante reafirmar, neste momento, a dificuldade que a Administração lica se depara anualmente para estabelecer o conjunto de metas e prioridades no âmbito do verno Municipal em face do elevado volume de vinculações constitucionais e legais stentes.

Para se ter a real dimensão da rigidez na aplicação dos recursos, com a qual o verno Municipal se defronta quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, vale ncionar que mais de 50% do total das receitas do Município já têm destinação prévia na sua cação. Não é demais acrescentar que, além da vinculação a determinados órgãos, os recursos da podem ter uma subvinculação a despesas específicas.

Além desse verdadeiro mecanismo de proteção de algumas áreas com receitas culadas, houve a criação de diversas despesas obrigatórias que consomem boa parte dos rsos livres existentes no orçamento do Governo Municipal, como é o caso da educação e aúde. Nesse cenário, o atendimento da demanda social com a finalidade de adicionar novas as e prioridades à LDO pressupõe, por um lado, a mudança na alocação dos recursos venientes de vinculações, renúncias de receitas e despesas obrigatórias e, por outro, a isão de elevar a carga tributária por meio de aumentos de alíquotas ou base de cálculo de postos e contribuições. As escolhas dependem de decisão política acerca da melhor maneira maximizar o bem-estar social com a utilização dos recursos de todos os brasileiros.

Vale ressaltar que, na elaboração do presente Projeto de Lei, estamos dando ridade no sentido de balizar pela participação e discussão de proposições juntamente com diretorias da administração envolvidas diretamente na elaboração e execução orçamentária, n como pela busca do aprimoramento de procedimentos concernentes a esse processo.

Em decorrência dessa participação, estamos aprimorando a redação e melhoria na caracterização técnica de dispositivos constantes das peças de planejamento, o que causa profunda mudança na forma de conduzir o processo de planejamento.

Pela discussão que merece o momento atual, principalmente pela elaboração do Plano Plurianual – PPA de 2014 a 2017, um plano de médio prazo que definirá os caminhos que nosso município deverá trilhar, e pela facultatividade que nos permite o próprio TCE-SP na geração dos mesmos, imaginamos ser mais objetivo e eficiente enviar os respectivos anexos juntamente com o Projeto de Lei do PPA, dispositivo que fizemos questão de constar no texto da propositura que estamos enviando.

O projeto de Lei, que ora submeto às vossas considerações, é uma expressão das necessidades dos cidadãos do nosso município, que com certeza, estarão consagradas no Plano Plurianual. Portanto, são diretrizes baseadas nas políticas públicas de Inclusão Social; Infraestrutura; e Gestão, com ênfase na Geração de Emprego, Trabalho e Renda visando à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Cabe ressaltar que a proposta também traduz a nossa preocupação e observância na condução de uma política financeira baseada no equilíbrio das contas públicas, cuja referência estão no controle de gastos, no aumento de receita e na transparência e correta utilização dos recursos públicos. Este projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias leva em conta ainda os anseios desta Casa, como representantes legítimos do povo de São João da Boa Vista, significando, com isso, o aprimoramento das relações entre os Poderes, com base no entendimento, respeito mútuo e independência.

Nobres Edis, ao submeter este projeto de lei às vossas considerações, reitero mais uma vez o compromisso de manter a parceria entre o Executivo e o Legislativo municipais, condição mister para o atendimento das necessidades de nossa população.

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

* * *

PROJETO DE LEI Nº 36/2016

"Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências".

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 165, § 2º, da onstituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, além dos spositivos da Constituição Estadual, no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, e demais normas, as diretrizes orçamentárias do Município de São João da Boa Vista ra o exercício de 2017, compreendendo:

I. As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
II. A estrutura e organização do orçamento;
III. As diretrizes para elaboração do orçamento;
IV. As disposições relativas à execução orçamentária;
V. As disposições relativas à legislação tributária;
VI. As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos;
VII. As disposições relativas aos gastos com a educação e a saúde;
VIII. As disposições gerais.

Parágrafo único - Integram esta Lei, os seguintes anexos:

I. Riscos Fiscais;
II. Metas Fiscais:
   a) Demonstrativo I - Metas Anuais;
   b) Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
   c) Demonstrativo III - Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
   d) Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
   e) Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
   f) Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
   g) Demonstrativo VIa - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
   h) Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
   i) Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
III. Demonstrativo de evolução da receita;
IV. Memória e metodologia de cálculo das Metas Fiscais;
V. Descrição dos programas governamentais/metas/custos para o exercício
VI. Unidades executoras e ações voltadas ao desenvolvimento do programa governamental;
VII. Relação de entidades que poderão receber auxílios e subvenções de recursos próprios da municipalidade e recebidos de convênios;
VIII. Informações sobre Obras em Andamento.

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo bem como seus fundos, autarquias, fundações e empresa pública.

Art. 3º - A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o município consolidado, para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo II desta Lei.

Art. 4º - As prioridades e metas físicas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2017, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas à melhoria contínua dos serviços públicos prioritários, os quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2017, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º - A Estrutura Orçamentária que servirá de base para a elaboração do Orçamento Programa para o próximo exercício, deverá obedecer às disposições constantes nas legislações citadas no Art. 1º, bem como ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas para cada fonte de recurso, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, autarquias, empresa pública e fundação.

Art. 6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. Órgão: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
II. Unidade orçamentária: nível intermediário da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar áreas da administração pública municipal, além das unidades executoras; e
III. Unidade executora: o menor nível da classificação institucional, ficando facultada a sua utilização;
IV. Programa: instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos pela administração;
V. Ações: conjunto de procedimentos e trabalhos voltados ao desenvolvimento dos programas governamentais, podendo ser subdivididos em:
   a) projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental;
   b) atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

CAPÍTULO I
ETAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes o e Executivo bem como seus fundos, autarquias, fundações e empresa pública.

Art. 3º - A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 e o da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit para o município consolidado, para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo II desta Lei.

Art. 4º - As prioridades e metas físicas da Administração Pública Municipal para o de 2017, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e dade Social, correspondem às ações relativas à melhoria contínua dos serviços rioritários, os quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei ria de 2017, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º - A Estrutura Orçamentária que servirá de base para a elaboração do o Programa para o próximo exercício, deverá obedecer às disposições constantes nas s citadas no Art. 1º, bem como ao princípio da transparência e do equilíbrio entre despesas para cada fonte de recurso, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, s, autarquias, empresa pública e fundação.

Art. 6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. Órgão: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
II. Unidade orçamentária: nível intermediário da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar áreas da administração pública municipal, além das unidades executoras; e
III. Unidade executora: o menor nível da classificação institucional, ficando facultada a sua utilização;
IV. Programa: instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos pela administração;
V. Ações: conjunto de procedimentos e trabalhos voltados ao desenvolvimento dos programas governamentais, podendo ser subdivididos em:
   a) projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental;
   b) atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

c) operações especiais: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no o de Lei Orçamentária de 2017 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, ogramas e respectivas ações, independentemente em quais unidades orçamentárias ou ra funcional estejam alocadas.

§ 2º - A estrutura orçamentária institucional, bem como a categoria de mação constante desta Lei, bem como do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá ser na especificada para cada ação constante do Plano Plurianual 2014-2017.

Art. 7º - As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas s, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas por setores tentes da área.

§ 1º - A Lei Orçamentária anual conterá os valores pertinentes ao montante das ções patronais e dos aportes financeiros estimados para o exercício, no caso específico nsferências ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de São João Vista.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar transferências financeiras à sa Municipal de Urbanização de São João da Boa Vista – EMURVI, Centro Universitário culdades Associadas de Ensino – UNIFAE, e Fundação Nova São João.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 8º - A proposta orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da e à fixação da despesa, em face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade e atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à pação comunitária, e compreenderá os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, te aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus Órgãos, Fundos e entidades das strações Direta e Indireta.

Art. 9º - A Câmara Municipal deverá enviar sua proposta orçamentária parcial er Executivo até 30 de agosto de 2016, de conformidade com a Emenda Constitucional 000.

Parágrafo único - As autarquias, fundações e a Empresa Municipal nharão suas propostas orçamentárias para 2017, ao chefe do Poder Executivo até 30 de ro de 2016.

Art. 10 - O Poder Executivo enviará, até 31 de outubro de 2016, o Projeto de Lei ntária a Câmara Municipal, que apreciará até o final da Sessão Legislativa, devolvendo-ir para sanção.

§ 1º - A Câmara não entrará em recesso enquanto não devolver o referido Projeto para sanção do Poder Executivo.

§ 2º - Não havendo a devolução do autógrafo da Lei Orçamentária até o início para sanção, conforme determina o disposto no Art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das ções Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, fica o Poder Executivo

Art. 15 - As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado os últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal do último ano, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo Governo Federal, bem como os reflexos provenientes do contexto socioeconômico nacional.

§ 1° - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações na legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I. A atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
II. A edição de uma planta genérica de valores;
III. A expansão do número de contribuintes;
IV. A atualização de cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º - As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, será atualizado monetariamente segundo a variação estabelecida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do IBGE.

§ 4º - Serão adotadas medidas imediatas que visem o aumento do pagamento dos tributos em atraso, visando diminuição da dívida ativa, aumento da arrecadação municipal, podendo para tanto, realizar contratação de consultoria especializada para incremento no recebimento de tributos, e principalmente atenuar os encargos tributários, através de remissão dos juros e multas devidas, conforme legislação específica.

§ 5º - Adotar medidas que beneficiem os aposentados, pensionistas e pessoas deficientes incapacitadas para o trabalho, isentando-os do pagamento de IPTU, conforme legislação específica.

§ 6º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, de recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de restos a pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 16 - Na execução do orçamento deverá ser indicado na receita e na despesa, a fonte de recurso e o código de aplicação, visando à distinção entre os diversos recursos que transitam no município.

Parágrafo único - A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada observará as normas estabelecidas pela Portaria 339, de 29/08/2001 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 17 - O Poder Executivo é autorizado nos termos da Constituição Federal a:

I. Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
II. Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
III. Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento das despesas, nos termos da Legislação vigente;

IV. Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, do Art. 167, da Constituição Federal;

V. Alocar o valor correspondente ao percentual mínimo de 1% (um por cento) e no máximo 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida nos termos da legislação, para a Reserva de Contingência, a fim de suprir necessidades decorrentes de passivos contingentes e outros riscos que venham a ocorrer;

VI. Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos nesta Lei;

VII. Realizar despesas de caráter continuado conforme o Artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/00;

VIII. A Lei Orçamentária trará especificação de modalidade de aplicação e observará a seguinte classificação:
   a) 90 – Aplicação direta; ou
   b) 91 – Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos da mesma esfera de governo.

IX. Quando se tratar de operação citada no inciso VIII deste artigo, e a mesma for identificada na execução orçamentária como órgãos da mesma esfera de governo, fica a unidade contábil autorizada a proceder à alteração e emissão de nota de empenho com a troca da modalidade de aplicação.

§ 1º - A reserva de contingência de que trata o inc. V deste artigo será entificado pela categoria econômica com código 9.9.99.99.99.

§ 2º - Caso a reserva de contingência não seja utilizada até 31 de outubro de 2017 ra os fins a que se destina, poderá ser remanejada como fonte de recurso para a abertura de éditos adicionais.

§ 3º - A transferência de recursos dentro do mesmo programa e dentro da mesma idade orçamentária poderá ser feita por Ato do Responsável pela Diretoria Municipal de stão Financeira e Orçamentária, com a anuência do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder ecutivo, e por Ato da Mesa, no âmbito do Poder Legislativo.

§ 4º - É vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização islativa nos termos do inciso VI, Art. 167, da Constituição Federal.

§ 5º - Não onerarão o limite previsto no inciso III, os créditos destinados a suprir uficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal, inativos e pensionistas, dívida blica, débitos constantes e precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados.

Art. 18 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária de 2017 com tações vinculadas às fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de dito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados, se ocorrer estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado garantido.

Art. 19 - O excesso, ou o provável excesso de arrecadação de que trata o Art. 43, º da Lei 4.320/1964, será apurado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos cionais suplementares e especiais conforme exigência contida no parágrafo único do Art. 8º, o inciso I do Art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 20 - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder ecutivo se incumbirá do seguinte:

I. Estabelecer, através de Decreto, a meta bimestral de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;
II. Publicar em até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, demonstrando o alcance dos dispositivos contidos no inciso anterior;
III. Publicar em até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, relatório de gestão fiscal, verificando o alcance de metas fiscais;
IV. Os planos, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, parecer do TCE-SP, serão amplamente divulgados, ficando à disposição da comunidade;
V. Os desembolsos mensais dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal serão estabelecidos em forma de duodécimos de seu orçamento, obedecendo-se às disposições contidas na Emenda Constitucional 25, de 14 de fevereiro de 2000;
VI. Realização de Audiências Públicas Quadrimestrais, para a Administração Geral e a Saúde.

§ 1° - As receitas, conforme as previsões respectivas serão programadas em metas de arrecadação bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§ 2° - A programação financeira e o cronograma de desembolso de que trata este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 21 - Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, deverão os Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, por decreto e ato da mesa, determinar a limitação de empenho, objetivando assegurar o equilíbrio entre a receita e a despesa.

§ 1° - A limitação de que trata este artigo será fixada de forma proporcional à participação dos Poderes Legislativo, Executivo, Fundos, Autarquias, Fundação e Empresa Pública no total das dotações constantes da lei orçamentária de 2017 e de seus créditos adicionais.

§ 2° - A limitação terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação e será determinada por unidades orçamentárias.

§ 3° - A limitação de empenho e da movimentação financeira será determinada pelos Chefes do Poder Executivo, Legislativo, Fundos, Autarquias, Fundação e Empresa Pública, dando-se, respectivamente, por decreto e por ato da mesa.

§ 4° - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as elencadas abaixo:
I. Alimentação escolar;
II. Atenção à saúde da população;
III. Pessoal e encargos sociais;
IV. Sentenças judiciais; e
V. Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias.

Art. 22 - O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência de outras esferas de governo, somente poderá ser realizado:
I. Caso se refira a ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no Art. 23 da Constituição Federal;
II. Se houver expressado autorização em lei específica, detalhando o seu objeto;

III. Caso seja objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere; e,
IV. Se houver previsão na lei orçamentária anual.

Art. 23 - Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou erfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa considera-se spesa irrelevante, aquela ação cujo montante não ultrapasse, para bens e serviços, os limites s incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

Art. 24 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa ue viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação çamentária.

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão ioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos ogramados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 26 - Na execução do orçamento, deverá obrigatoriamente ser utilizado na assificação da receita e da despesa o código de aplicação, devendo ainda classificar as espesas até o nível de subelemento, sendo optativo o desdobramento do subelemento.

Art. 27 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual raso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência financeira.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES SOCIAIS, AUXÍLIOS OU CONTRIBUIÇÕES

Art. 28 - A concessão de subvenções sociais, auxílios ou contribuições a nstituições sem fins lucrativos, que prestem serviços nas áreas de caráter educativo, ssistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o ortalecimento do associativismo municipal, dependerá de autorização legislativa e será alculada com base em unidade de serviços prestados ou postos à disposição dos interessados, reviamente fixados pelo Poder Executivo.

§ 1º - No exercício de 2017, a Administração deverá se atentar a Lei 13.019/13, qual estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo a transferência de ecursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em egime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e a qual efine diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade ivil e institui o termo de colaboração e o termo de fomento.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título ubmeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento os objetivos estatutários de sua criação, e deverão prestar contas na forma estabelecida pelo Executivo Municipal, junto ao Departamento de Finanças.

Art. 29 - A instituição sem fins lucrativos interessada na concessão de ubvenções sociais, auxílios ou contribuições deverá cumprir em procedimento administrativo os seguintes requisitos:

I. Comprovação de situação de regularidade
   a) Documentação relativa à habilitação Jurídica
      1. Estatuto Social da entidade, devidamente registrado em cartório competente;
      2. Ata de Assembleia Geral de Eleição e Posse da Diretoria em exercício devidamente registrado em cartório competente;
      3. Documento de identificação e CPF do representante legal da Entidade e do responsável pela gestão do projeto
      4. Comprovante atualizado de endereço residencial do representante legal da entidade e endereço residencial do gestor do projeto; e
      5. Comprovante do exercício pleno da propriedade, mediante Certidão de Registro no Cartório de Imóveis, quando o convênio tiver por objeto execução de obras ou benfeitorias no mesmo imóvel.
   b) Documentação relativa à regularidade fiscal:
      1. Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
      2. Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal - SRF e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN do Ministério da Fazenda, podendo ser aceita a Certidão Positiva com efeito de Negativa;
      3. Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - fornecida pelo INSS, podendo ser aceita a Certidão Positiva com efeito de Negativa;
      4. Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou declaração assinada pelo presidente da entidade de que esta não possui inscrição estadual nem débitos pendentes junto a Fazenda Estadual;
      5. Certidão de Tributos Municipais - Mobiliários e Imobiliários - fornecida pela Prefeitura Municipal;
      6. Apresentação de Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, nos termos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
      7. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Ministério do Trabalho.
   c) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:
      1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício e do anterior devidamente assinado por contador registrado no CRC, pelo Presidente e pelo Tesoureiro; e
      2. Certidão expedida pelo CRC/SP, comprovando a habilitação profissional do responsável pelos balanços e demonstrações contábeis.

II. Comprovação de qualificação técnica:
   a) Registro ou inscrição da entidade no órgão ou Conselho Municipal competente;

b) Certificação governamental de utilidade pública e/ou de entidade beneficente de assistência social;
c) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente, indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnicos disponíveis para a realização do objeto do convênio, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
d) Capacitação técnico-profissional: comprovação da entidade proponente de que possui em seu quadro de pessoal, profissional devidamente competente que irá atuar como responsável técnico pela execução do projeto ou atividades;
e) manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do governo concedente;

Art. 30 - A destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos ependerá de:

I. previsão orçamentária;
II. identificação do beneficiário e do valor a ser transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;
III. execução na modalidade de aplicação 50 - entidade privada sem fins lucrativos;
IV. justificativa elaborada pelo órgão concedente, para firmar o convênio, contendo dentre outros o critério de escolha do conveniado e as atividades a serem executadas;
V. plano de trabalho devidamente aprovado pelo secretário responsável contendo os cronogramas de execução, aplicação e desembolso, bem como cotações de preços realizadas para compor o custo do projeto;
VI. apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação;
VII. publicação se for o caso, dos atos e normas expedidos por secretaria responsável, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;
VIII. comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, por meio de inscrição no CNPJ e declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária assinada pelo presidente responsável, sob as penas da lei, ambos emitidos na data da proposição do convênio ou instrumento congênere;
IX. declaração de funcionamento regular, emitida por duas autoridades de outro nível de governo;
X. declaração das condições de funcionamento satisfatórias emitida pelos órgãos competentes da área técnica responsável;
XI. manifestação prévia e expressa do setor técnico, controle interno e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;
XII. escrituração contábil regular da conveniada; e

XIII. aplicação nas atividades-fim, de pelo menos 80% da receita total do beneficiário.

Art. 31 - Toda movimentação de recursos, por parte de convenentes, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I. Os repasses serão efetuados através de instituição financeira oficial;

II. A entidade beneficiada deverá movimentar os recursos em conta bancária específica aberta para cada convênio ou instrumento congênere e os pagamentos deverão ser efetuados através de cheque nominal, ordem bancária, transferência eletrônica ou qualquer outro meio em que fique identificado o beneficiário final da despesa;

III. Os recursos recebidos pelo convenente, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação de curto prazo ou operação de mercado lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês. Auferidas tais receitas, estas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade;

IV. As despesas com tarifas bancárias correrão por conta da instituição convenente.

Parágrafo único - Ato do dirigente máximo do órgão ou entidade concedente poderá autorizar, mediante justificativa e critérios, os pagamentos em espécie a fornecedores e prestadores de serviços, por meio de fundo fixo de caixa, desde que identificado no recibo ou nota fiscal pertinente o beneficiário final.

Art. 32 - A demonstração da situação de regularidade deverá ser feita, quando da assinatura do convênio ou instrumento congênere e, também, quando da liberação das parcelas do cronograma de desembolso financeiro.

§ 1º - O concedente comunicará ao convenente qualquer situação de não regularidade relativa à prestação de contas de convênios ou outras pendências de ordem técnica ou legal que motivem a suspensão ou o impedimento de liberação de recursos a título de subvenção, auxílios ou contribuições para fins de regularização.

§ 2º - A concessão de subvenções sociais, auxílios ou contribuições ficam condicionados à opinião, prévia e expressamente, de aprovação do setor técnico e de legalidade da assessoria jurídica do governo concedente.

§ 3º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos estatutários de sua criação e deverão prestar contas na forma estabelecida pelo Executivo Municipal junto ao Departamento de Finanças da Prefeitura.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 33 - Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, que importem em renúncia

eceita, deverão obedecer às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ndo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto studos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência s dois subsequentes.

Parágrafo único - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida a, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, iante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Art. 34 - O Poder Executivo poderá submeter ao Legislativo, projetos de lei ondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I. Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções, inclusive com relação à progressividade do IPTU, e/ou instituir taxas e contribuições criadas por legislação federal;
II. Revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;
III. Revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;
IV. Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;
V. Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos; e,
VI. Incentivo ao pagamento dos tributos em atraso, com renúncia de multas e/ou juros de mora.

CAPÍTULO VII
AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 35 - O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei visando revisão istema de pessoal, particularmente do plano de carreira e salários, incluindo:

I. A concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;
II. A criação, aumento e a extinção de cargos, funções de confiança ou empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira; e
III. O provimento de cargos ou empregos e contratações de emergências estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente.

§ 1º - O disposto neste artigo se aplica ao Poder Legislativo, no que couber.

§ 2º - A revisão de que trata o inciso X do Art. 37 da Constituição Federal será uada, tomando-se por base o índice de inflação ocorrida no período.

§ 3º - As alterações autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia ação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos scimos dela decorrentes.

Art. 36 - O total da despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no , somada com os onze meses imediatamente anteriores, apuradas ao final de cada drimestre, não poderá exceder o percentual de 60% apurado sobre a receita corrente líquida exercício.

§ 1º - O limite de que trata este artigo está assim dividido:

I. 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo; e
II. 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão tadas as despesas:

I. De indenização por demissão de servidores ou empregados;
II. Relativas a incentivos à demissão voluntária; e,
III. Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior a que trata o caput deste artigo.

§ 3º - O Executivo adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas de l, caso estas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

I. Redução de vantagens concedidas a servidores;
II. Redução ou eliminação das despesas com horas-extras;
III. Exoneração de servidores ocupantes de cargos ou empregos em comissão; e
IV. Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 37 - No exercício de 2017 a realização de serviço extraordinário, quando a sa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos nos incisos do § 1º do Art. 33 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de ante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a dade, devidamente comprovada.

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviços extraordinários, no to do Poder Executivo nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva petência dos diretores municipais de Recursos Humanos e de Gestão Financeira e mentária.

Art. 38 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como irização de mão-de-obra referente à substituição de servidores, de que trata o Art. 18, § 1º ei Complementar 101/2000, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções dem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração, ou a, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, naja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também ecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de eiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros entos de despesas que não o de código 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de tratos de Terceirização.

Art. 39 - As movimentações do quadro de Pessoal e alterações salariais, de que o Artigo 169, § 1º da Constituição Federal, somente ocorrerão se atendidos os requisitos e tes da Lei Complementar 101/2000, tanto pelos órgãos, entidades da administração direta ndireta, inclusive fundações.

CAPÍTULO VIII
AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS GASTOS COM A EDUCAÇÃO E A SAÚDE

Art. 40 - O Município aplicará, com recursos próprios, com relação às receitas ltantes de impostos, não menos do que 25% (vinte e cinco por cento) na manutenção e

senvolvimento do ensino, nos termos do Art. 212, da Constituição Federal, e no mínimo 15% uinze por cento) nas ações voltadas à saúde, conforme disposto no Art. 77 da Constituição ederal.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 - A Proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhar ao Poder egislativo, dentro do prazo legal disposto na Lei Orgânica Municipal de São João da Boa ista, compor-se-á de:

I. Mensagem;
II. Projeto de Lei;
III. Anexos relativos à Receita Pública;
IV. Anexos relativos à Despesa Pública.

Art. 42 – Ficam convalidados naquilo que for pertinente os anexos II e III da Lei ° 3452, de 10 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 014 a 2017 e dá outras providências e suas alterações.

Art. 43 - Integrarão a Lei Orçamentária Anual:

I. Sumário da Receita por Fontes e das Despesas por funções de Governo;
II. Sumário da Receita por Fontes, e respectiva legislação;
III. Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

Art. 44 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as isposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos vinte e três dias do mês de naio de dois mil e dezesseis (23.05.2016).

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal